



Tribunal de Contas

Direção-Geral

Av. Barbosa do Bocage, 61
1069-045 LISBOA

Tel.: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha Azul: 21 793 60 08/9

E-mail: geral@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

C/AVISO DE RECÇÃO

DECOP/UAT.1/20602/2017 - 2017-06-22
1449/2017

Tribunal de Contas	
Dept. Controlo Prévio	
S DECOP	20602/2017 2017-06-22

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal
Município de Boticas
Praça do Município
5460-304 BOTICAS

Município de Boticas	
ENTRADA	Nº Registo: 2364
29/6/2017	Class: 60/21/06

Vossa Referência

Nossa Referência
DECOP/UAT.1/20602/2017
2017-06-22

Assunto: **PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO PRÉVIA Nº 1449/2017**

Levo ao conhecimento de V. Ex^a o teor do despacho proferido em sessão diária de visto de 7 de Junho de 2017, no âmbito do processo de fiscalização prévia acima identificado:

" Em sessão diária de visto decide-se conceder o visto, recomendando, novamente, que, de futuro, os modelos de avaliação das propostas prevejam a valoração diferenciada de preços anormalmente baixos que eventualmente, sejam considerados justificados. As considerações avançadas sobre a aceitabilidade desses preços devem ser tidas em conta na decisão de admitir, ou não, as respetivas propostas, em função das justificações apresentadas, o que tem lugar em momento diferente do da avaliação das propostas."

São devidos emolumentos nos termos dos art^{os}. 5º a 7º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei nº 66/96, de 31 de Maio, no montante referido no documento de cobrança que junto se envia.

Chama-se a atenção de V. Ex^a, de que nos termos dos n.ºs. 2 e 3 do artº 7º do referido diploma não poderão ser feitos quaisquer pagamentos por força dos atos ou contratos objeto de fiscalização prévia sem que se mostrem pagos os correspondentes emolumentos, sendo as autoridades ou funcionários que autorizem os mesmos solidariamente responsáveis pelo pagamento dos emolumentos em falta.

Informa-se que o pagamento dos emolumentos deverá ser efetuado para o NIB 0781 0112 00000000 1018 24, constante dos Documento de Cobrança em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

DESPACHO

<input type="checkbox"/> V.Pr.	<input type="checkbox"/> Ver	<input type="checkbox"/> GAP
<input type="checkbox"/> DAGF	<input type="checkbox"/> DEDS	<input checked="" type="checkbox"/> DGAT
<input type="checkbox"/> ATE	<input type="checkbox"/> SJ	<input type="checkbox"/> RH
<input type="checkbox"/> GCEMR	<input type="checkbox"/> GAI	<input type="checkbox"/> GAF
<input type="checkbox"/> INF	<input type="checkbox"/> SVM	<input type="checkbox"/> ARM
<input type="checkbox"/> PISC		

Cik DAGF

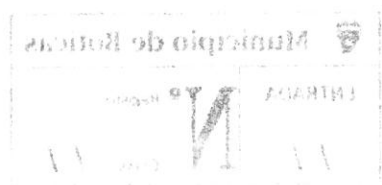
O Presidente,

[Signature]

CM Boticas

A Auditora-Coordenadora
(por subdelegação de assinatura)

[Signature]
Ana Luísa Nunes



03/17

**CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITA-
DA "CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DES-
PORTIVO MULTIUSOS DE PISTAS PARA
DESPORTOS RADICAIS".**

No dia dezanove, do mês de Abril, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICÍPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**, cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018;

SEGUNDO:

FLOPONOR, S.A., NIF e matrícula 503 694 479 – conservatória do Registo Comercial de Trancoso, com sede no lugar e freguesia de Rio de Mel, 6420-552 Trancoso, endereço electrónico *geral@floponor.pt*, telefone n.º 271813324 e fax n.º 271813323, neste acto legalmente representada pelo seu administrador e presidente do conselho de administração, **Secundino do Nascimento**, cartão de cidadão n.º 4265682 6 ZY3, válido até 01/03/2020, residente no lugar e freguesia de Rio de Mel, 6420-552 Trancoso, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet "<https://portaldaempresa.pt>".

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste

acto, por conhecimento pessoal e a identidade do representante do segundo outorgante através do seu cartão de cidadão.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1ª

Objecto do Contrato

O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada, **"Construção do Complexo Desportivo Multiusos de Pistas para Desportos Radicais"**, pelo preço de **Oitocentos e Catorze mil, quatrocentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos (814.411,62€)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de concurso público e adjudicada ao segundo outorgante por deliberação da Câmara Municipal de Boticas de 8 de Março de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa/Mapa de Quantidades e Peças Desenhadas, condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação da Câmara Municipal de 6 de Outubro 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

Cláusula 2ª

Prazo de Execução

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **Cento e vinte dias (120) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta após a data da assinatura do contrato, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.

Cláusula 3ª

Prazo de Garantia da Obra

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:



- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.
 - b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.
 - c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 4ª

Pagamentos

- 1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18.ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno.
- 2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura.

Cláusula 5ª

Revisão de Preços

A revisão de preços será feita em conformidade com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula tipo prevista no n.º 2, da cláusula 29ª, do caderno de encargos da empreitada.

Cláusula 6ª

Dotação Orçamental

A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a se-

guinte classificação: Orgânica/Económica: 0300/07010406; Acção PPI: 16P005; Cabimento nº 2147; Compromisso n.º701 e Requisição Externa de Despesa n.º 381.

Cláusula 7ª

Caução para Cumprimento das Obrigações

Garantia Bancária com o número **N00403088**, emitida em 16 de Março do corrente ano pelo banco Novo Banco, S.A., com sede em Lisboa, no valor de **Quarenta mil, setecentos e vinte euros e cinquenta e oito cêntimos (40.720,58 €)**, correspondente a 5% do valor da adjudicação e comprovativa da constituição de caução, a qual fica arquivada no maço de documentos respectivo.

Cláusula 8ª

Foro Competente

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares - Memória descritiva e Justificativa/Mapa de medições e Peças Desenhadas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e os outros documentos complementares e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 10ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

3/4/17
[Handwritten signatures and initials]

Cláusula 11ª

Disposições finais

- 1 - Os pagamentos a efectuar ao abrigo do presente contrato serão efectivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
- 2 - O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de 6 de Outubro de 2016.
- 3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 5 de Abril de 2017, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Transcoso em 21 de Março de 2017 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 - Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 21 de Março de 2017 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 - Alvará de Construção n.º 63647;
- 4 - Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 5 - Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

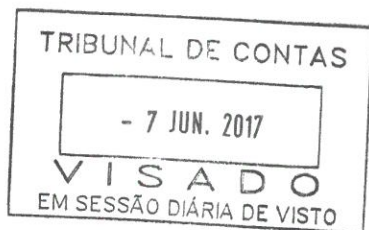


BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

Heitor
Juiz Conselheiro

Antônio Francisco Martins

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.



Os Outorgantes,

[Signature]

[Signature]

O Oficial Público,

[Signature]

Contrato registado sob o nº 03/17.

MUNICÍPIO DE BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral

Certifico que é fotocópia do original existente nesta Câmara Municipal, o que conferi e do que dou fé.

Paços do Município

20, 07, 2017
O Director do Departamento,

(Dr. Manuel A. S. Barreira)